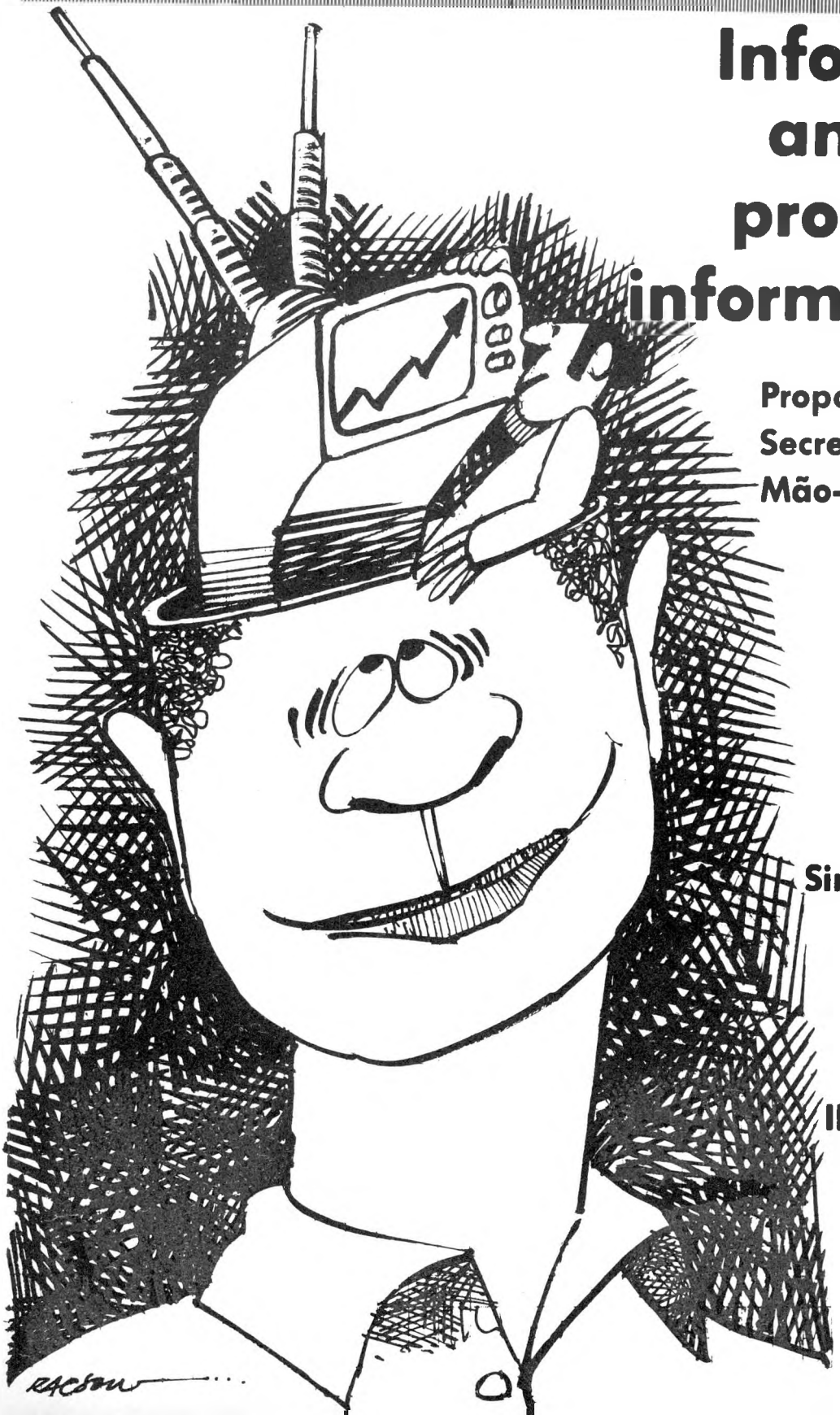
D030

Informática: análise do processo de informatização

8 folhas

Secretaria de mão de obra - MTB 1985

trans
Formacao
INFORMATIVO DA SECRETARIA DE MÃO-DE-OBRA
ANO I, Nº 01, JUL/AGO 85



Informática: análise do processo de informatização

Proposta de Ação da Secretaria de Mão-de-Obra

Núcleos de Atividades Produtivas

Recursos Instrucionais

JOVEM: Simpósio Nacional

1985 ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

TRANSFORMAÇÃO é uma publicação da
Secretaria de Mão-de-Obra/MTb
com a colaboração dos órgãos de
formação profissional SENAI/SENAC/SENAR
e da Coordenadoria de Comunicação Social/MTb

Secretário de Mão-de-Obra
B. Amin Aur

Redação/Edição
Tania R. F. Cordeiro
(Reg. Prof. 882 – DRT/BA)
José Inácio da Silva
(Reg. Prof. 12468 – DRT/SP)

Correspondentes
SENAC/DN – Arthur Bosísio Jr.
SENAI/DN – Tânia Ahouagi
SENAR/MTb

Arte e Diagramação
Racsow

Diretor Responsável
Moema de Castro Oliveira

Secretaria
Isabel Gomes A. Sousa
Mônica Maria Sousa Barbosa

Endereço da Redação
SMO/MTb
Anexo – Ala A – 4º andar – sala 433
Brasília/DF – CEP 70.059

Tiragem: 4.000 exemplares

Composição e Impressão

SUMÁRIO

Editorial 03
Informática, acumulação de capital e emprego 04
Proposta para montagem de núcleos de atividades produtivas . . 06
Uma proposta de ação 08
A influência dos recursos instrucionais no processo de formação profissional 09
Notícias: Senai, Senac, Senar, CFMO, SMO 11
Informações documentárias 14
Caminhos para formação profissional 15

A Formação Profissional na Nova República

A formação profissional, no contexto da Nova República, deve passar, necessariamente, por um processo intenso de reflexão, cabendo aos órgãos que militam nessa área promover e incentivar o debate e a crítica, a nível interno e interinstitucional, tendo em vista o novo compromisso do governo com a sociedade e, particularmente, com as camadas menos favorecidas.

A formação profissional é uma forma específica de educação. Se não temos dúvidas a esse respeito, ou melhor, se nos consideramos engajados num projeto cujo produto é a educação, somos levados a um aprofundamento no significado desse conceito, para que possamos definir nossas ações.

Essa definição não deve ser buscada, apenas, dentro de um leque de conceitos consagrados nos ambientes acadêmicos. Deve consistir num consenso nacional, ou, pelo menos, ter essa pretensão, tendo em vista que se trata de uma reivindicação de todo o povo brasileiro.

Os órgãos que fazem formação profissional, pela sua própria natureza, têm uma contribuição a dar no encaminhamento desse processo, que poderemos chamar de **mudança do enfoque da educação.**



Entende-se que essa contribuição surtirá efeito à medida que os órgãos envolvidos não se prendam somente às experiências adquiridas, mas, principalmente, assumam os objetivos de promover as mudanças necessárias e de operar de forma cooperativa a nível interinstitucional, participando do esforço comum que hoje se trava, em primeiro lugar, no plano da educação, de um modo geral, e, em segundo, da formação profissional, de modo particular.

Dentro desse objetivo, o **trabalho** *aparece como parte integrante da temática, sendo um dos elementos a serem incorporados ao processo de discussão da problemática da educação. Mais do que nunca, portanto, a Secretaria de Mão-de-Obra deve participar ativamente, através do empenho de seus técnicos e da definição da sua própria linha de trabalho.*

Essa tarefa não é simples, nem poderia ser realizada imediatamente, pois se trata de um processo a ser desencadeado e que, com certeza, vai contar com alguns entraves advindos da estrutura anterior que, somados às dificuldades inerentes ao desafio ao qual nos propomos, vai demandar um empenho especial, além de muita persistência. Entretanto, acreditando que o debate interno e externo faz parte da atitude de mudança propomos, a dirigentes, técnicos, educadores, estudantes, trabalhadores, empresários e pessoas ou entidades interessadas no assunto, a reflexão e a divulgação de análises, críticas e sugestões que possam contribuir para a redefinição das diretrizes da formação profissional da Nova República.

Comprometemo-nos a participar intensamente desse debate e, desde já, convidamos pessoas e entidades a publicar suas idéias, dúvidas e propostas, neste periódico.

Informática, acumulação de capital e emprego

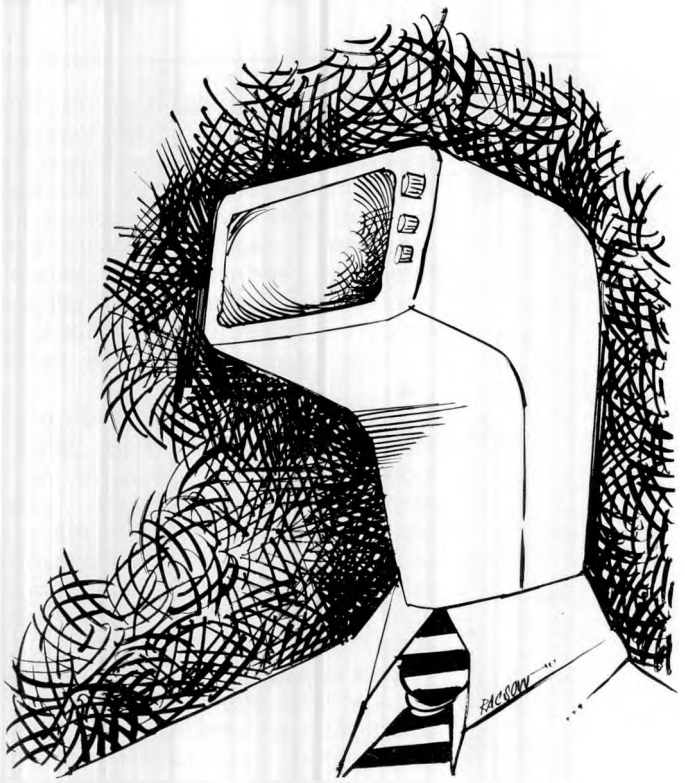
José Belizário Nunes
Economista

O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, até outubro deste ano, o 1º Plano Nacional de Informática e Automação, que terá a duração de três anos. O Plano, consequência da Política Nacional de Informática, decretada em fins de 1984, tem como objetivo por em ação os instrumentos necessários ao domínio, pelo País, da tecnologia estratégica desse setor. Que significa isso?

A indústria de informática é uma indústria radical, no sentido dado ao termo por List, o economista alemão, em meados do século passado, para significar aqueles ramos industriais cujo desenvolvimento, em uma época dada, condiciona o desenvolvimento de todos os demais.

Como ocorreu com a eletricidade há cem anos, a indústria de informática é revolucionária; supera a fase da mecanização (baseada na transformação e ampliação do uso da energia, que é em grande parte substituida, agora no sistema produtivo, por outro tipo de ente, as estruturas de informação).

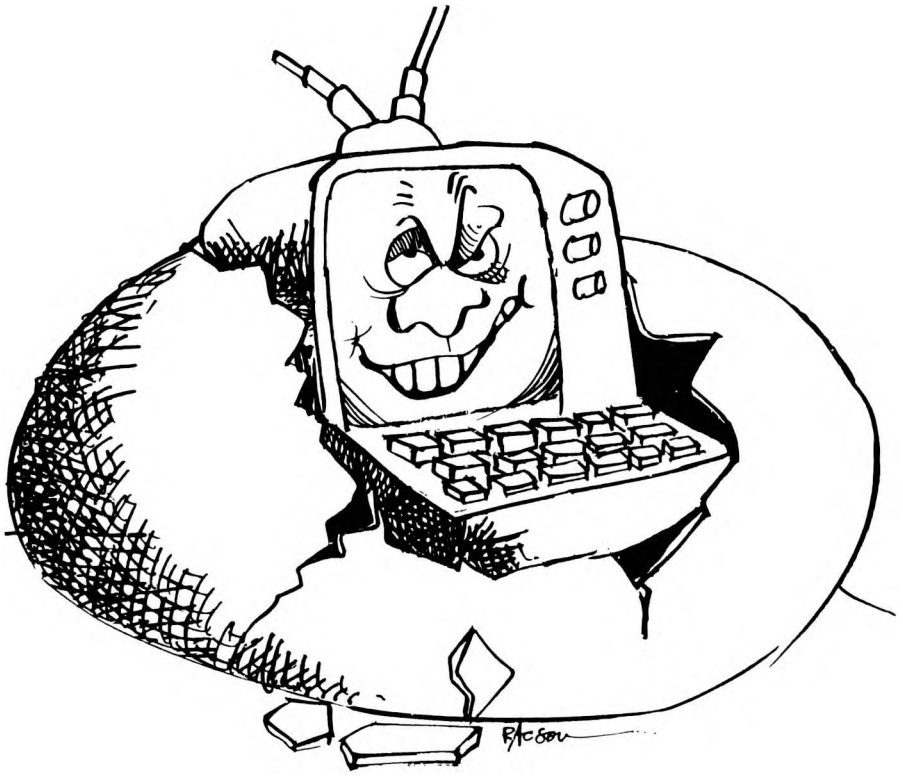
Se bem que para o senso comum informática ainda esteja associada a computador, ou máquina de fazer conta, na verdade isto não passa de um modo superficial de ver as coisas. O mesmo que ver transporte e pensar em automóvel; querer referir-se a literatura, pensando em datilografia. Com efeito, a informática não se refere estritamente a cálculo, mas a todos os processos produtivos baseados em comunicação e controle, desde a ordenação de informações (de que o cálculo é um caso particular), até o funcionamento auto-regulado de uma ferramenta, de uma máquina, de um escritório ou de uma fábrica inteira. Por via do desenvolvimento das microestruturas eletrônicas a semicondutor, o aparato informático se incorpora, como componente, tanto aos equipamentos quanto aos produtos de uso comum: a máquina de lavar, o televisor, o automóvel, a fechadura, o tênis. Em síntese, aplica-se a tudo de que fizer parte a percepção, o tratamento, a memorização, a transmissão e a exposição de eventos digitalizáveis – o que vale dizer: tanto ao trabalho, quanto àquilo que chamamos de pensamento, ressalvadas as funções mentais (criatividade, paixão) não sujeitáveis a uma linguagem formal, organizativa.



Do ponto de vista ideal, humanista, os dispositivos de informática – igual a todo resultado da evolução técnica e científica, orientado para a vida – servem para "minorar as canseiras humanas" (Galileu Galilei, séc. XVII). Essa serventia, contudo, jamais alcança todos os seres humanos; **strictu sensu**, minorar as canseiras humanas bem pode ter a leitura perversa de afastar homens do trabalho, desempregando-os. E, mesmo assim, ampliar os ganhos daqueles que não trabalham porque os seus **ativos** "trabalham" por eles – os donos efetivos dos meios de produção.

Rigorosamente, um dispositivo informático não tem funcionamento inusitado; aplicado à produção, ele como que se apropria da habilidade do trabalhador (parte substancial da sua "força de trabalho") e a incorpora, ampliada, ao capital constante – em suma, converte trabalho vivo em trabalho morto. É certo que esse processo de incorporação não é novo; está aí, pelo menos, desde os primórdios da formação do capital industrial. Por felicidade, esse processo encontra o seu limite no ponto em que o sobrevalor extraído ao trabalhador na esfera da produção já não consegue realizar-se (transforma-se outra vez em dinheiro) na esfera da circulação, à falta justamente de um **quantum** de assalariamento e distribuição de renda que apoie a absorção de toda a mercadoria produzida. Quer dizer: o sistema entra em crise e organiza os mecanismos de travar-se a si mesmo.

Claro porém que se está falando, aqui, de uma formação social abstrata. As formações sociais realmente existentes não funcionam assim, a não ser no que diz respeito a suas propriedades gerais. Os países subdesenvolvidos, importadores de capital e de tecnologia, e que orientam seus sistemas produtivos para a exportação, podem prescindir por longo tempo de uma distribuição de renda equânime, pois a esfera de circulação, onde se **realiza** o sobrevalor extraído na fase da produ-



ção, está fora de suas fronteiras. Fora está, portanto, o **locus** da acumulação de capital. Uma economia interna de subsitência, neste caso, não se opõe, mas complementa e escora uma economia industrial. Muito ao contrário do que se diz, a atração, para o país, de capitais (tecnologia) estrangeiros, tendo como aumento o "baixo custo de mão-de-obra", é uma armadilha; por cima, via maximização contábil da produção industrial, simula desenvolvimento e anima os espíritos; por baixo, subvalorizando a força de trabalho via políticas salariais e tributárias opressivas, constitui uma corrida para a pobreza. Por não realizar uma política justa de distribuição de renda, não se cria um mercado interno; por depender, para mover o grosso do sistema produtivo moderno, de tecnologia e de capitais externos, o país – melhor dizendo, a sua classe capitalista – não consegue acumular capital interno em magnitudes compatíveis sequer com o ritmo de crescimento requerido pela expansão do corpo populacional.

A questão do domínio nacional sobre a tecnologia, a que se referem os textos da Política Nacional de Informática, bem pode ser explicitada em termos econômicos (e imediatamente em termos políticos) como uma forma de internalizar mecanismo estratégicos de acumulação de capital. De modo banal pode-se dizer que a acumulação de tecnologia funciona como "fixador" de capital; de modo mais rigoroso, dir-se-á que tecnologia não é senão capital em estado puro. Possui-a não quem a aplica, mas quem a desenvolve. Daí estar sendo criado pelo Estado brasileiro os mecanismos fiscais, financeiros e de reserva de mercado, para que esse desenvolvimento seja realizado exclusivamente pelas empresas nacionais.

A política brasileira de informática tanto pode ser um sucesso quanto um fracasso. Perder-se-á se, fortemente subsidiada como está, orientar a utilização dos seus produtos prioritariamente para atividades não produtivas (lazer, controle social, aplicações militares, burocracia estatal) ou se derivar, a exemplo de tantas outras indústrias nacionais, para a exportação. Tanto em um caso como em outro, frustra-se-á exatamente a potencialidade maior da informatização da sociedade, que é a ampliação vertiginosa das taxas de produtividade do trabalho, logo de geração de sobrevalor relativo e acumulação de capital nacional. Neste caso, a política de incentivos fiscais que se praticará em benefício das empresas de informática não significará nada além de uma transferência de renda em favor de um setor oligopolístico, igual a tantos outros exemplos que podem ser citados no Brasil. Ainda que isso não aconteça a princípio, mas se aos acréscimos de produtividade gerada pela informatização não corresponder o repasse significativo desses ganhos à sociedade, mediante uma adequada política de distribuição do excedente econômico (particularmente em benefício dos trabalhadores e das micro e pequenas empresas), então esse ramo industrial, à falta de condições internas de mercado, travará seu próprio desenvolvimento.

Como em todo processo de inovação tecnológica, a automação trazida pela informática é desempregadora de mão-de-obra a curto prazo e empregadora a longo prazo. A automação não só reduz o emprego de mão-de-obra pela eliminação de segmentos inteiros dos processos de trabalho como pela alteração dos rituais produtivos, forjados todos à imagem das técnicas manuais ou da mecanização baseada na máquina de potência. Por esta última via modifica-se, portanto, o perfil de habilidades do trabalhador, passando a ocorrer, no âmbito da indústria, simultaneamente **déficit** e **superávit** de qualificações. Experiências históricas demonstram que, em condições de mudanças tecnológicas radicais, o ajuste, para que ocorra, leva até uma geração.

De qualquer modo, contrariamente aos históricos tecelões de Lion, os trabalhadores modernos não lutarão contra a informatização. Em um sistema econômico em que não há crescimento da produtividade, tão pouco há condições para postular-se melhor redistribuição do excedente econômico; se crescem o excedente e a produtividade, mas não se distribui, esse sistema entra em crise e estagnação. Nesse contexto, a luta dos trabalhadores certamente se dará, como já está se dando, em busca de conquistas compensatórias, como diminuição da jornada de trabalho com elevação simultânea do valor real dos salários, criação de novos postos de trabalho, condições de trabalho minorantes do esforço pessoal, educação em serviço orientada para a supressão do "gap" gerado a partir das modificações estruturais do aparelho produtivo. Politicamente, a emergência da automação via informática, será sem dúvida uma quadra fértil para a rediscussão pela sociedade brasileira – pela classe trabalhadora em particular – do modelo de desenvolvimento nacional em condições de dependência.

Proposta para montagem de núcleos de atividades produtivas

Maria José de Paiva Muniz e
Maria Tereza Moreira
Consultoras Adjuntas do SENAC/DN



A atuação do Senac vem se marcando, na década de oitenta, por uma preocupação em criar mecanismos para atendimento às populações de baixa renda, marginalizadas do processo de produção. A crise econômica faz com que o contingente dessas populações aumente vertiginosamente, engrossando o nível de desemprego e subemprego e fazendo do setor informal da economia um caminho obrigatório para aqueles que são rejeitados pelo mercado de emprego.

A formação profissional não é geradora de emprego, mas o Senac, pela natureza de suas atribuições, tem procurado atuar de forma a oferecer alternativas que amenizem as consequências da crise sobre estas populações.

Precisar alternativas de atendimento, ousar a adoção de saídas menos formais e extrapolar dos "pacotes" de programações de cursos têm sido o desafio maior do momento. A essas preocupações se somam alguns questionamentos que devem estar presentes sempre que se volta para as populações carentes: o saber dissociar "atendimento" de "assistência paternalista", o dignosticar o que a clientela precisa e deseja realmente, uma vez que o trabalho é visto por essas pessoas quase que única e exclusivamente o mo forma de subsistência e sobrevivência.

Na busca de saídas o Senac percebeu que toda iniciativa a ser encaminhada teria que atender a um objetivo imediato, com repercussões no aumento da renda familiar, melhoria das condições de vida e no bem-estar da comunidade.

Atuar em sentido tão amplo exige necessariamente uma soma de esforços, apenas permitida pelo trabalho integrado de várias instituições. Funcionando, de acordo com a proposta em pauta, como estimulador, catalizador, executor, colaborador, o Senac abdica de ser o ponto de referência, como acontece na execução de sua programação de cursos, para se tornar uma parcela harmônica nessa movimentação global.

Ultrapassando os seus próprios muros, o Senac estabelece limites mais amplos para a profissionalização: não mais formar apenas para uma ocupação, para o emprego, mas, também, para uma atividade produtiva. Esse posicionamento supõe a revisão das programações de formação profissional. O setor estruturado evidencia uma organização que facilita uma unidade de planejamento e de propostas. O Setor informal, em contrapartida, com seu dinamismo, com sua clientela "sui generis" exige uma ação flexível, passível de adequação permanente à realidade. Tal fato implica, ainda, em ir além da preparação da mão-de-obra, extrapolando para o favorecimento das condições do exercício do trabalho.

A partir dessas colocações a Orientação para o Trabalho está trazendo para estudo e reflexão sugestões para montagem de Núcleos de Atividades Produtivas (NAP) que visam o atendimento às populações carentes, através de treinamento profissional intensivo, indispensável ao exercício de uma atividade autônoma que garanta e/ou aumente a renda familiar. A necessidade de se sistematizar a venda e utilização desses produtos levou a que se estruturasse o Núcleo com três serviços básicos: setores de prestação de serviços; grupos de produção; e locação/utilização de instrumental.

Integrados por atividades de natureza similar, esses serviços se caracterizam por uma ação educativa ampla, somatória dos aspectos formativo, utilitário, associativo e valorativo, centrada na relação indivíduo/trabalho.

Essa ação educativa deve resultar no desenvolvimento da pessoa, através do trabalho, o que a leva a respeitar o outro, a se auto-respeitar, a assumir integralmente o papel social que o contexto, o momento e a sua própria potencialidade lhe outorgam. Entretanto, não se prescinde de uma formação profissional adequada, planejada a partir da real necessidade da clientela e do contexto e que pode se traduzir em programações distintas da programação de cursos correntes na entidade.

A liberdade de extrapolar os limites da formação clássica e a preocupação de encaminhar a clientela ao trabalho, dando-lhe condições de exercer uma atividade produtiva, evidencia o aspecto utilitário do aprender, incorporando conhecimentos práticos do trabalho, caminho mais rápido para o fazer, o ganhar e, portanto, o beneficiar-se enquanto indivíduo e enquanto parte de um grupo. Ao encarregar-se de buscar associativamente, isto é, integrado a outras entidades, saídas para a melhoria das condições de vida das populações carentes, o Senac tem em vista um esforço maior que visa resgatar a dignidade do homem através do atendimento de suas necessida-





des básicas de subsistência. Entende, assim, que a promoção social, em termos de valoração não pode ser atingida sem os requisitos mínimos de bem-estar.

O Núcleo de Atividades Produtivas pretende, portanto, uma ação educativa através da formação profissional, da possibilidade de utilização imediata dessa formação, da integração de esforços e recursos e da valorização do homem.

OBJETIVOS

Gerais:

– Atender de forma ampla e imediata à clientela em potencial, proporcionando-lhe oportunidade de superação das suas carências, com base no desenvolvimento de suas potencialidades e na utilização dos recursos disponíveis.
– Incentivar e desenvolver o trabalho autônomo, proporcionando condições para o treinamento profissional e execução de atividades produtivas, seja para consumo próprio ou de terceiros.
– Proporcionar condições para desenvolvimento da capacidade de produzir e comercializar produtos e serviços.

Específicos:

– Possibilitar, através de programações especiais junto às populações carentes, ações que, respeitando seus valores culturais, visem: a busca de formas alternativas de formação profissional; o ingresso do trabalhador autônomo no mercado de trabalho; a geração de novas fontes de recursos para aumento da renda familiar; a orientação para o trabalho associativo; a diminuição dos índices de migração; a organização social e econômica dos grupos; a dinamização da participação comunitária; a promoção social do trabalhador.
– Desenvolver trabalho articulado com todos os organismos que atuam na e com a comunidade.
– Buscar/adaptar metodologias que facilitem o desenvolvimento do Núcleo de Atividades Produtivas.
– Buscar novas fontes de recursos, através da captação de auxílios da comunidade, comercialização dos produtos, prestação de serviços etc.
– Promover o treinamento de pessoal, capacitando-os a assumir o atendimento do Núcleo de Atividades Produtivas.

OPERACIONALIZAÇÃO

Direcionado prioritariamente para as populações de baixa renda, com problemas de desemprego e subemprego, o Núcleo de Atividades Produtivas oferece seus serviços à comunidade, não se preocupando em caracterizar sua clientela. A flexibilidade e a multiplicidade de opções favorecem o atendimento às populações carentes das periferias urbanas e do interior, aos egressos dos programas Senac, aos egressos de cursos de outras instituições, aos menores, deficientes, mulheres, idosos, presidiários, enfim a todos aqueles que necessitam trabalhar.

Caracterizando-se como uma forma de educação centrada no trabalho autônomo, bem como de comercialização/consumo do produto obtido, o NAP não se situa como órgão fixo, com sede estabelecida exigindo todo um aparato técnico-administrativo. Ao contrário, ele se constituirá como um conjunto de ações desenvolvidas onde houver clientela necessitada e interessada com condições mínimas de montagem e participação, podendo a gerência estar a cargo do Senac, de uma outra entidade, de grupos comunitários, do governo, dos órgãos de classe etc.

Daí a importância do trabalho articulado com grupos diversificados, o que enriquecerá a variedade de propostas, permitindo novas opções de trabalho.

No Senac, a Orientação para o Trabalho deve fazer com que a entidade tenha uma ação estimuladora, na criação e atuação dos Núcleos de Atividades Produtivas.

Congregando trabalhadores com prática em determinada ocupação o NAP poderá, também, dispensar treinamento àqueles que o necessitarem. Esse treinamento, sempre de caráter intensivo, se processará a nível de iniciação e de reciclagem.

A destinação do produto se fará em termos de comercialização, prestação de serviços e autoconsumo. Em todos esses casos importa abrir frentes de trabalho, inclusive para aquelas que podem ser realizadas no próprio lar, melhorando o orçamento doméstico e a qualidade de vida da família. Importa aproveitar e racionalizar os recursos existentes, respeitando e desenvolvendo a cultura local. Importa colaborar para o estabelecimento de melhores condições de trabalho e esclarecer sobre os aspectos legais da atividade autônoma.

Respaldam essa proposta os princípios de educação permanente que conferem ao homem a capacidade de constante desenvolvimento e de imprimir ao progresso uma dimensão maior quando o direciona para o bem-estar da Comunidade.

Uma proposta de ação



Visando redirecionar suas ações, no que se refere à Formação Profissional na Nova República, o Ministério do Trabalho, através da Secretaria de Mão-de-Obra tem como objetivos:
– valorizar e promover a formação profissional, fomentando sua ampliação numa perspectiva de capacitação para as diferentes formas de trabalho e produção;
– estimular a participação das empresas na expansão da formação profissional;
– incentivar a participação dos sindicatos na formação e no aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores;
– promover comunicação e interação entre os órgãos públicos e privados de formação profissional, em níveis federal, estadual e municipal;
– privilegiar a contribuição do Conselho Federal de Mão-de-Obra no estabelecimento de normas e diretrizes sobre a política de formação profissional e na proposta de medidas de estímulo e desenvolvimento da promoção profissional dos trabalhadores;
– intensificar as relações de cooperação com organismos internacionais de formação profissional.

À Secretaria de Mão-de-Obra caberá a ação genérica de promover estudos e pesquisas, de estimular a comunicação técnica, de fomentar a expansão da formação profissional, de facilitar o intercâmbio e a ação conjunta e de intensificar as relações com a formação profissional de outros países. Esta atuação deverá ser transparente, participativa, descentralizada e cooperativa, desenvolvendo-se em três níveis.

À NÍVEL INTERNO propõe-se ao incremento das atividades fortalecedoras do papel específico da Secretaria de Mão-de-Obra como organismo facilitador e estimulador da Formação Profissional, empreendendo ações de: **estudos e pesquisas** sobre a estrutura e comportamento do mercado de trabalho, a orientação para o trabalho, os métodos e técnicas de formação profissional, os processos de avaliação, estrutura qualitativa dos cursos, bem como estudos doutrinários sobre o desenvolvimento profissional. Esta ação será desenvolvida em função dos projetos prioritários de fomento da formação profissional da Secretaria, realizados diretamente por seus técnicos oi, indiretamente, através de apoio técnico e/ou financeiro.

Outra ação pretende desenvolver o intercâmbio ou **comunicação técnica**, mediante coleta, organização, produção e veiculação de informações documentárias, estatísticas e educacionais. Esta ação será desenvolvida participativa e integradamente com os autores e usuários, principalmente as entidades de formação profissional, enfatizando-se, sobretudo, os temas relativos aos projetos prioritários.

Fomento de programas de formação profissional mediante ação complementar às atividades em desenvolvimento pelas instituições de formação profissional, constitui-se numa terceira ação da Secretaria de Mão-de-Obra.

Serão objetos desse fomento, de modo geral, projetos voltados para a formação para o trabalho com ênfase na população jovem; o treinamento e retreinamento de trabalhadores desempregados; formação para o trabalho em áreas de emergência; e projetos especiais de formação para o trabalho.

Em **NÍVEL EXTERNO**, o objetivo maior é promover a **Valorização da Formação Profissional** através de uma ação conjunta, cooperativa e integrada com órgãos estaduais e municipais de trabalho e com organismos de formação profissional. Para isso será necessário criar e manter fluxos permanentes de interação, favorecendo o intercâmbio e a difusão de informações e experiências, bem como desenvolvendo mecanismos de assistência e apoio mútuos para o fortalecimento e participação desses organismos na formulação e implementação de uma política para o setor.

Estas ações serão desenvolvidas, principalmente, através do Conselho Federal de Mão-de-Obra, ficando a Secretaria como órgão facilitador e estimulador das oportunidades de formação profissional. Destarte as ações deverão ser transparentes e sintonizadas com as entidades envolvidas, numa perspectiva pluralista e descentralizadora.

O reconhecimento, no plano internacional, da formação profissional no Brasil, cria condições de intercâmbio através de troca de informações e experiências e de assistência e cooperação técnica a países em vias de desenvolvimento, sobretudo da América Latina, Caribe e África de Língua Portuguesa. Por outro lado é desejável o intercâmbio e a cooperação de países mais desenvolvidos para o aprimoramento e o acesso a novos conhecimentos.

Assim estes objetivos serão desenvolvidos visando uma atuação em **NÍVEL INTERNACIONAL**, preferencialmente no quadro da OIT (CINTERFOR e Centro Internacional de Turin), PNUD, OEA, UNESCO. Serão, ainda, desenvolvidos conjuntamente com os serviços de relações internacionais e de cooperação técnica dos organismos ligados à formação profissional, tais como Senai, Senac, Senar, CENAFOR, MEC, CNPq.

A influência dos recursos instrucionais no processo de formação profissional

Martha Fonseca
Coordenadora de Recursos Instrucionais da Secretaria de Mão-de-Obra/MTb

"Os recursos instrucionais exercem influente papel no desenvolvimento do processo de Formação Profissional, pois constituem os elementos físicos palpáveis que refletem o conteúdo dos programas, transferindo-os aos treinandos; concretizam a organização dos conteúdos instrucionais e servem de apoio e meio para aplicação das metodologias.

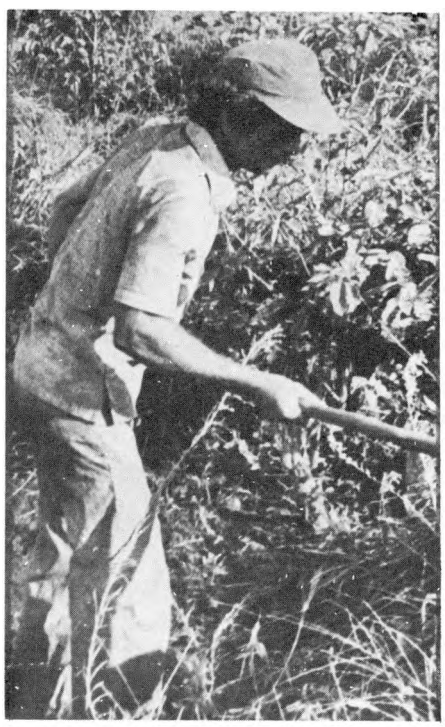
Refletem o produto da ação interrelacionada entre os vários agentes técnico-docentes que intervêm na programação e na execução das ações de formação profissional: analistas ocupacionais, programadores, conteudistas e instrutores, redatores e produtores em geral.

São o veículo de apoio à relação educador – educando. São, além disso, o instrumento concreto que apresenta os conteúdos programáticos, reproduzíveis e mobilizáveis, mutáveis e adaptáveis, de acordo com as necessidades da clientela alvo da formação profissional e dos objetivos específicos de cada programa. Por tudo isso, os recursos instrucionais são meios de instrumentalização da formação profissional e são eles que possibilitam que a experiência da formação profissional se vá sistematizando de maneira a repetir-se e aplicar-se a um número crescente de instituições e beneficiários, ampliando sua capacidade de atendimento". (CINTERFOR)

Há, portanto, que ser clara e coerente, entre os agentes que atuam na produção do recurso instrucional, uma concepção de formação profissional que tenha como perspectiva o desenvolvimento do Homem/Trabalhador.

Segundo esta perspectiva, qualquer que seja a programação a atender – clientela, ou setor da economia – o recurso instrucional a ser utilizado deve contemplar os aspectos básicos componentes do processo de formação profissional, especialmente apoiados nos princípios da criatividade, imaginação e inovação, tão requeridos do homem, hoje, na sociedade: aprender a aprender; aprender a ser; aprender a fazer.

A questão do recurso instrucional não se circunscreve ao âmbito estrito de sua elaboração e produção, mas decorre, isso sim, de toda a concepção de formação profissional que a embasa e determina.





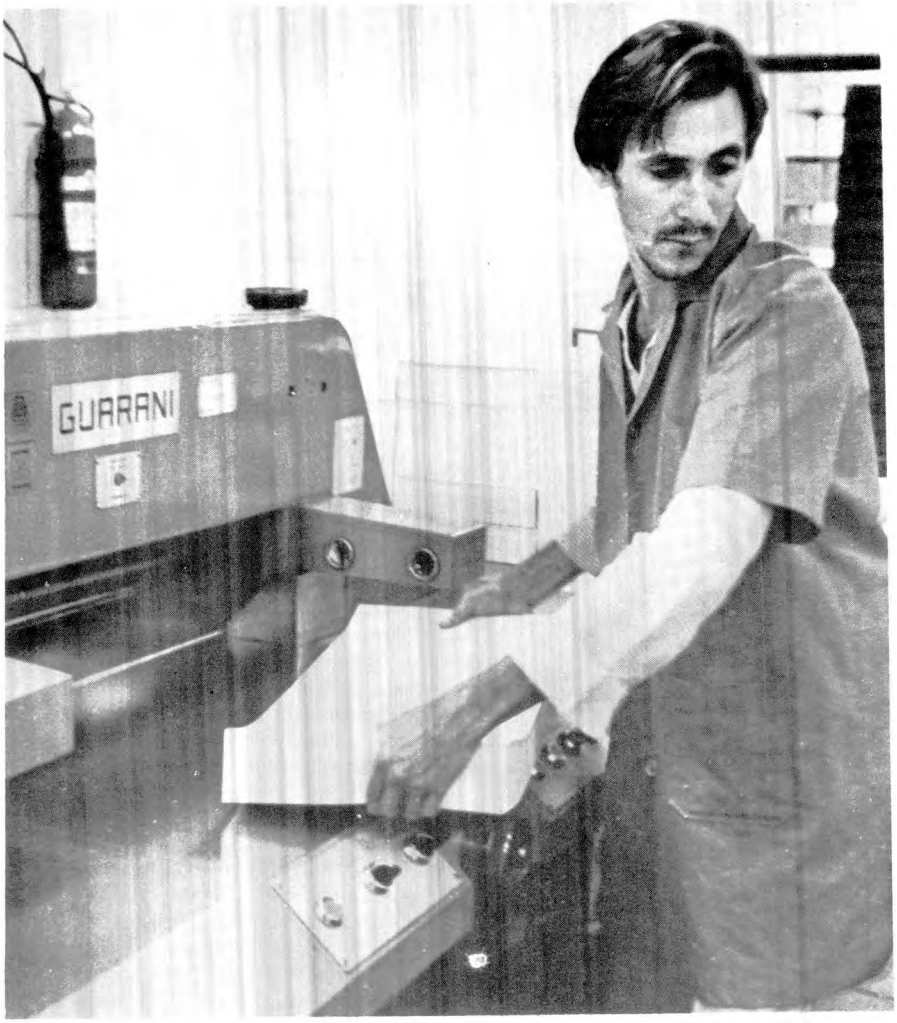
Neste sentido, é restritivo o entendimento da função recursos instrucionais isolada do contexto metodológico mais amplo da formação profissional.

A Formação Profissional vive, de forma lúcida e crítica, o desafio do contexto sócio-econômico a que objetiva atender: a questão emprego/desemprego/subemprego; a economia recessiva; o excesso de população, em especial das camadas jovens; a marcha para as cidades; o aumento da pobreza e da marginalidade; e tantos e tantos outros problemas que a afetam, direta e indiretamente.

Paralelamente a este quadro, em que a gravidade dos aspectos sociais evidenciam a necessidade imperiosa da revisão dos aspectos econômicos que têm provocado o seu total desequilíbrio, a sociedade contemporânea se caracteriza por mudanças significativas, de ordens diversas, com reflexo imediato no mundo do trabalho. As rápidas e crescentes inovações tecnológicas alteram qualtitativamente, não somente os processos de produção mas também as relações de trabalho – a estrutura ocupacional, as condições trabalhistas, a estrutura do emprego e, inclusive, as normas e valores que caracterizam o mundo moderno.

Esta situação que se verifica, hoje, em países diversos, muito especialmente na América Latina, identifica questões de ordem estrutural que formam o pano de fundo no qual se realiza a formação profissional, impondo aos que são por ela responsáveis – dirigentes, planejadores, programadores, técnicos em geral, instrutores – novo posicionamento, concepções renovadoras que correspondam ao comprometimento que cabe à formação profissional frente à sociedade, comprometimento este cujas ações giram em torno da dinâmica das relações Trabalho x Indivíduo x Sociedade.

O CINTERFOR e os organismos de formação profissional da América Latina e Caribe, em reuniões recentes, têm debatido, de forma criativa e produtiva, as questões que norteiam e embasam a formação profissional, resultando em



(Foto: Edson G. Silva)

conclusões de extrema oportunidade para o mundo da Formação Profissional. Destacam-se, ainda em 84, as declarações assinadas em Letícia e Cartagena.

Os técnicos e especialistas responsáveis pela formação profissional, ao conviverem com o estágio amadurecido destas reflexões, de forma oportuna e mais urgente, estarão vivenciando e propondo alternativas de ação que satisfaçam o princípio da preparação do homem para o trabalho, segundo uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, tônica que tem presidido o pensamento dos dirigentes, autores das últimas decisões norteadoras da formação profissional.

No que diz respeito a metodologias e recursos instrucionais, a clareza dos caminhos e linhas definidoras da formação profissional para o momento atual é a base para o acerto e adequação das alternativas a serem assumidas.

No ano de 84 a Coordenadoria de Recursos Instrucionais da Secretaria de Mão-de-Obra/MTb promoveu ações que tiveram por objetivo contribuir para o aperfeiçoamento de metodologias e recursos instrucionais na formação profissional, segundo a visão mais ampla do processo de formação profissional, contemplando algumas das prioridades do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra e realizando-as com a participação de seus órgãos oficiais: orientação metodológica para atendimento às populações de baixa renda, com base na experiência em desenvolvimento pelo Senac/DN; seleção, elaboração e utilização de recursos instrucionais na formação profissional, desenvolvidas com o Senac/DF; coordenação da área de estudo "Formação Profissional", no XVI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional/ABT, segundo uma proposta de reflexão crítica sobre a formação profissional frente ao mundo em mudança, com a participação especial do Senai, Senar, Senac, LBA, Mobral, MEC, Secretarias de Educação e empresas diversas; encontros técnicos, tendo em vista a identificação de questões, temas, áreas e pontos comuns de interesse a serem trabalhados em articulação entre a Secretaria de Mão-de-Obra e os órgãos do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, no campo de metodologias e recursos instrucionais, e, com destaque: Banco de Informações sobre Recursos Instrucionais – em fase de estruturação final, com o apoio e participação de equipes interdisciplinares do Senai, Senac, Senar e CENAFOR. O Banco, a ser operacionalizado de forma centralizada, vai constituir-se em excelente veiculador de informações e intercâmbio entre os organismos do Sistema Nacional de Formação de Mão-de-Obra, no campo dos recursos instrucionais. De efeito documentário e informativo, vai servir aos programadores, técnicos e especialistas e aos instrutores, além de outros usuários, como empresários, trabalhadores, pesquisadores em geral. Atuará oportunamente em integração com o Sistema IRTIS, da OIT (Inter-Regional Training Information System).

NOTICIAS



Senai/DF inaugura seu Núcleo de Informática

A crescente demanda da informática no Brasil exige a formação de mão-de-obra especializada em todos os níveis. Esta tarefa, que não é muito simples, sobretudo por causa da constante evolução tecnológica do setor, está sob a responsabilidade de entidades como o Senai.

Para as indústrias do Distrito Federal, que têm o seu crescimento econômico representado, na maioria por indústrias de pequeno porte, a informática constitui-se num valioso recurso, na medida em que permite maior agilização do processo produtivo.

Desta forma, com a criação do Núcleo de Informática, o Senai/DF pretende atender a essas empresas, com a finalidade de subsidiá-las no seu processo de informatização, bem como, paralelamente, suprí-las de mão-de-obra qualificada.

Integrado ao Centro de Treinamento do Senai, o Núcleo foi inaugurado em dezembro do ano passado, com a presença de 40 empresários das áreas gráficas, construção civil, vestuário, lavanderia, alimentação, entre outras, os quais assistiram à palestra "Microcomputador, Instrumento de Apoio à Decisão", proferida por José Tolovi Júnior, diretor do Sistema de Apoio à Decisão de São Paulo.

Sentindo a necessidade de maior respaldo e do intercâmbio de experiências, o Senai/DF firmou convênios com a Secretaria Especial de Informática, o SERPRO e a Telebrás, tendo como objetivo o aperfeiçoamento de seus recursos humanos, metodologias e definição de programas voltados para um melhor atendimento às empresas industriais do Distrito Federal.

O Núcleo de Informática dará atendimento às empresas através dos seguintes programas:

1. Sensibilização: o empresário estabelecerá contato com os mecanismos que viabilizem a sua utilização na empresa, através de seminários, debates, encontros etc, e, também, através do manuseio de microcomputadores, de modo a perceber as possibilidades de aplicação para sua empresa, bem como vivenciar o tratamento dos dados de sua realidade particular, com o auxílio de aplicativos (conjunto de rotinas para o desenvolvimento de um programa com determinada aplicação).

2. Preparação de Recursos Humanos: paralelamente às atividades de sensibilização, o Núcleo de Informática oferecerá cursos de formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos, visando atender a demanda de mão-de-obra que o processo de informática irá requerer.

3. Assessoramento: este programa assistirá o empresário na aquisição de equipamentos e aplicativos que melhor se adaptem ao seu contexto de trabalho e o auxiliará no diagnóstico interno da empresa, visando a adaptação de sua estrutura administrativa-gerencial e de produção, às novas condições de trabalho impostas pela introdução da informática.

CURSOS

Em função da demanda de mão-de-obra especializada, o Senai/DF está estruturado para desenvolver programas de qualificação, treinamento e aperfeiçoamento, tanto para empresas, através de cursos específicos, de acordo com as suas necessidades, como para a comunidade, através de uma formação geral em processamento de dados, que engloba Fundamentos de Processamentos de Dados – Aplicativos, Programação Basic e D Base II.

No centro de Formação Profissional de Taguatinga, o Senai/DF desenvolverá programas na área de hardware, onde já estão instalados os laboratórios e as salas ambientes. Os cursos a serem ministrados nesta área visam a formação de técnicos especializados em eletrônica digital, dentro de um perfil que atenda aos pré-requisitos básicos exigidos pelas empresas do setor.

Fundamentos de Processamento de Dados – Aplicativo que teve início dia 25 de fevereiro, no Centro de Treinamento – CETRES, com turma formada por 28 alunos, é o primeiro de uma série de cursos que o Senai/DF ministrará na área de informática.

A nível de primeiro grau, o curso tem por objetivo ensinar os princípios básicos de como operar um microcomputador, bem como capacitar o aluno para a utilização de planilhas eletrônicas (tabelas) e textos, com o auxílio do aplicativo SUPERCALC II e WORSTAR, respectivamente.

F. P. D. – APLICATIVO tem 45 horas de duração e funciona atualmente no horário noturno, sendo possível a sua realização no turno diurno. Em decorrência da grande procura, novas turmas serão montadas no decorrer do ano. O Núcleo de Informática está, desde julho, funcionando no Setor de Indústria Gráficas, fazendo parte do Centro de Treinamento do Senai/DF.



SENAI/PE firma convênio com CODEVASF

O Senai/PE firmou, recentemente, com a Codevasf – Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – um convênio de cooperação técnica e financeira, cujo propósito é a realização de programas específicos de formação profissional, para atendimento às ocupações de operação e manutenção da infra-estrutura hidráulica dos perímetros irrigados do médio São Francisco.

Cabe ao Senai realizar as atividades decorrentes desse convênio e desenvolver os cursos de acordo com a prioridade estabelecida em conjunto com a Codevasf e ainda definir os processos metodológicos e as estratégias didático-pedagógicas, assim como fornecer recursos humanos, instrucionais e locais adequados para a execução dos programas e participar do planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação de todas as ações objeto do convênio.

Os primeiros resultados desse convênio começam a surgir e entre eles o desenvolvimento do treinamento de Operadores de Estações de Bombeamento, em duas etapas: uma básica, realizada no Centro de Formação Profissional Euclydes Figueiredo, com 60 horas de duração, e outra específica ou prática, ministrada nas estações de bombeamento da própria Codevasf com 80 horas – aula de mecânica e eletricidade.

O convênio originou-se da necessidade da Codevasf, que não dispunha, naquela região, de mão-de-obra especializada para atendimento das atividades que vem desenvolvendo nos perímetros irrigados. A participação do Senai deve-se, sobretudo, à experiência que possui e ao fato de ser a única instituição que detém, no local, estrutura e suporte para a realização das ações incluídas no projeto inicial, tais como: análise do posto de trabalho, definição dos perfis ocupacionais, elaboração dos conteúdos programáticos dos cursos, treinamento de 50 operadores de estação de bombeamento e de 20 mecânicos de manutenção de equipamentos de irrigação.

Para a realização desse convênio foram previstos recursos da ordem de 27 milhões de cruzeiros, assim distribuídos: 10 milhões sob forma de contribuição do Senai/DF, 5 milhões da Codevasf e 12 milhões fornecidos pela entidade financiadora, o Senai/DN.

Colaboração Senai/PE

Senac/CE entra na era da informática

Com a finalidade de oferecer cursos de formação profissional na área de informática, o Senac/CE instalará um Centro de Informática. O presidente e o diretor do órgão no Ceará, José Leite Martins e José Ibiapina Siqueira Junior, estão empenhados em ultimar providências para a realização do projeto referente à área, que já conta com a aparelhagem necessária ao funcionamento de, pelo menos, três linguagens específicas.

O Senac/CE dispõe, no momento, de dois laboratórios e duas teleimpressoras com teclado profissional que serão utilizados pelos alunos.

Além desta atividade, o Senac/CE vai, a partir deste ano, promover novos cursos e aprimorar as áreas já existentes com o funcionamento das empresas pedagógicas de hotelaria e de higiene e beleza, os cursos de ótica, manequim, artes comerciais, telex e estúdio fotográfico.



6297: Aprovação prévia em discussão

O presidente do Conselho Federal de Mão-de-Obra, B. Amin Aur, na primeira reunião que presidiu, solicitou aos membros desse colegiado uma análise e revisão crítica da atual legislação que criou e estruturou o Conselho.

Entre os assuntos discutidos, destaca-se a proposta de alteração do artigo 1º da Lei 6297 de incentivos fiscais às atividades relativas à formação de mão-de-obra, no que se refere à eliminação da aprovação prévia, pelo Conselho, dos programas de formação profissional.

O presidente sugeriu, ainda, um estudo mais aprofundado da Lei 6297, a fim de que, se for o caso, venham a ser propostas outras alterações.



Defensivos agrícolas: treinamento para formar e proteger

Com o objetivo de treinar técnicos para obter melhores resultados agronômicos no combate às pragas e doenças das plantas e, principalmente, prevenir acidentes ocupacionais, contaminação de alimentos e poluição ambiental decorrente do emprego de defensivos, foi realizado, em São Paulo, Curso para Aplicadores de Defensivos Agrícolas, atividade do "Programa de Formação e Capacitação de Aplicadores de Defensivos".

O programa – que foi elaborado por técnicos do Senar, Secretaria Nacional de Defesa Agropecuária, Empresa Brasileira de Pesquisa Agrícola, além de instituições ligadas à área rural do Estado de São Paulo, sob a coordenação da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho – Fundacentro, do Ministério do Trabalho – desenvolveu-se em três momentos que correspondem às fases de experiência com o plano piloto; sua difusão através de campanhas; e, finalmente, extensão às unidades da Federação, último estágio de implantação.

O curso foi dividido em 25 horas de demonstrações práticas, 11 horas de informações tecnológicas e quatro horas de conhecimentos gerais, o que possibilitou o nível profissional mínimo necessário à capacitação de um aplicador de defensivos agrícolas.

Em São Paulo técnicos das instituições vinculadas ao programa já foram treinados e estão passando pelo processo de avaliação, o que fornecerá subsídios para possíveis correções nas próximas etapas.

Ao lado da implantação do programa surge, também, a necessidade de criação de uma campanha junto às classes patronais e de empregados rurais para a adoção de equipamentos de proteção individual.

Simpósio Nacional sobre a educação e o trabalho

A Secretaria de Mão-de-Obra, visando atingir os objetivos do projeto "Formação do Jovem para o Trabalho" está, juntamente com outros órgãos, organizando o "Simpósio Nacional sobre a Educação e o Trabalho do Jovem". O evento, que acontecerá em setembro, conta com o apoio da Comissão Nacional do Ano Internacional da Juventude e com o patrocínio dos Ministérios da Educação, do Trabalho, da Previdência e Assistência Social e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, contando ainda com a colaboração da OIT, UNESCO, UNICEF, PNUD e OEA.

Participarão do Simpósio especialistas e representantes de órgãos nacionais, estaduais e municipais das áreas de educação, trabalho e assistência social, assim como de organizações de jovens e de organismos internacionais.

O evento objetiva, entre outros, identificar e analisar problemas e estratégias de ação no campo da educação e trabalho, numa perspectiva de apresentar proposições de políticas educacional e trabalhista para o jovem; discutir a relação entre educação e trabalho do jovem, considerando as questões políticas e sociais nela implicadas; analisar a formação do jovem professor, levando em conta sua função junto aos alunos também jovens; avaliar, a partir das diretrizes legais vigentes, diversas interpretações dadas à preparação para o trabalho; examinar a situação de emprego do jovem, identificando formas pelas quais se insere no mercado de trabalho etc.

Para isso a dinâmica do Simpósio constará de sessões plenárias com conferências e debates sobre temas específicos, bem como conclusões dos debates e recomendações de caráter político e pragmático em referência à educação e ao trabalho do jovem.

O temário será o seguinte: Educação básica e trabalho do menor (conf. Pedro Demo); Formação do jovem professor para a formação básica (conf. Nilda Alves); O papel da escola de 2º grau: cidadania e trabalho (conf. Mirian Warde); Trabalho do menor e a discriminação no mercado (conf. Cheywa Spindel); Formação do jovem para o trabalho (conf. B. Amin Aur); Legislação trabalhista: proteção e incentivo ao trabalho do menor (conf. Pedro Paulo Teixeira Manus); Algumas propostas de Educação e Trabalho do Jovem (painel).





ABT. **O compromisso social da formação profissional,** *por Martha Amaral Fonseca. Rio de Janeiro, ABT, 1984. (Documento, 6). Trabalho Apresentado no XVI Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, em Porto Alegre de 4 a 9 de novembro.*

(SMO)

BRASIL. Ministério da Previdência e Assistência Social. **Projeto alternativas de atendimento aos meninos de rua.** *S. 1., 1983.*

1 — O problema; 2 — O projeto: cinco experiências, identificadas pelo projeto, que apresentam alternativas de atendimento a meninos de rua, ou seja: a) República de pequeno vendedor, Belém/PA; b) Centro Salesiano do menor (CESAM), Belo Horizonte/MG; c) Salão do encontro, Betim/MG; d) Cerâmica educacional Boa Nova, Ipameri/GO; e) Centro de orientação sócio-eduticava do menor trabalhador (COSEMT), São José dos Campos/SP.

(SMO)

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Mão-de-Obra. Sub-Secretaria de Estudo, Análise e Metodologias. Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Análises Profissionais. **Estudo sobre o mercado de trabalho assalariado no Brasil,** *uma visão da evolução do emprego e da massa de salários utilizando o método de polimento das medianas aplicado aos dados da RAIS de 1980 a 1982, por Paulo Vieira da Cunha e outros. São Paulo, 1984. 15f.*

(Trabalho elaborado pela Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia e Administração. Instituto de Administração)

1. Introdução; 2. Metodologia de Tratamento dos Dados: o método do polimento; 3. Evolução do Emprego: Estado de São Paulo, Região Nordeste, Brasil; 4. Evolução da massa de salários: Estado de São Paulo, Região Nordeste, Brasil; 5. Seminário das Conclusões.

(SMO)

BRASIL. MTb/SMO e SEI. **Estudo sobre a lei 6297** *— Setor informática: relatório da primeira etapa — maio/84. Brasília, 1984. 102p.*

1. Apresentação 2. Objetivos 3. Metodologia 4. Levantamento dos Dados 5. Análise Estatística 6. Sugestões.

(SMO)

CENAFOR. **Estratégias da formação profissional frente à crise do emprego,** *por Marta Marques Costa e Odair Prescivalle. São Paulo, 1984, 46 f. Trabalho Apresentado no Seminário de Formação Profissional Comparada na América Latina de 8 11 de outubro de 1984.*

1. A questão do emprego — Aspectos teórico-analíticos; 2. Análise de experiências de formação profissional frente à crise do emprego.

(SMO)

CENAFOR. **O futuro da formação profissional,** *por Paulo Nathanael Pereira de Souza. São Paulo, 1984. 31f. Conferência proferida no Seminário de Formação Profissional Comparada na América Latina, em 31 de outubro de 1984.*

1. Introdução; 2. As mudanças na educação; 3. Mudanças na Economia e no Emprego; 4. O futuro da formação profissional.

(SMO)

PARANÁ. Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Departamento do Trabalho do Paraná. **Formação de mão-de-obra em tempos de crise,** *a experiência do DETEPAR, por Pedro Teixeira Chaves. Curitiba, 1984. 41f. (Caderno DETEPAR, 4)*

1. Apresentação; 2. Introdução e contexto demográfico; 3. Contexto sócio-cultural; 4. Setor Formal e Informal da economia, mercado de trabalho formal e informal; 5. Estratégia de sobrevivência e formação profissional; 6. Preparação de mão-de-obra de populações carentes e a ação do DETEPAR — antecedentes; 7. Ação do DETEPAR — linhas básicas; 8. Estratégias operacionais; 9. Estrutura organizacional e bases operacionais do DETEPAR; 10. Articulação institucional e programática; 11. Conclusão.

(SMO)

SECRETARIA ESPECIAL DE INFORMÁTICA. Comissão de Automação de Escritórios. **Considerações sobre o impacto da automação de escritórios sobre nível de emprego,** *por Nicolau Reinhard. Brasília, 1984.*

1. Introdução; 2. Mercado de trabalho para o pessoal de apoio; 3. Mercado de trabalho para os usuários finais da informação.

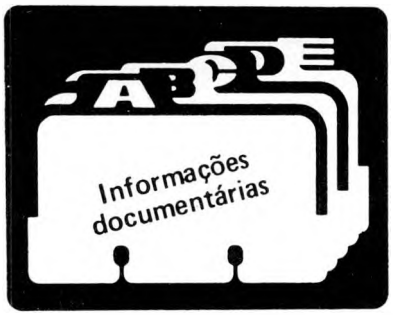
(SMO)

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO. Departamento do Trabalho do Paraná. **Robotização da Indústria e a questão do emprego;** *os impactos da automação. Curitiba, 1984, 37p. (Caderno DETEPAR, 6)*

1. Apresentação; 2. Os impactos da automação; 3. Bibliografia; 4. Robotização da indústria e a questão do emprego — perspectivas do administrador até o ano 2000; 5. Introdução e desenvolvimento; 6. Conclusão; 7. Administrador do futuro; 8. Robotização da indústria e a questão do emprego; 9. Automatização; 10. Colarinhos de aço; 11. Automação e educação; 12. Bibliografia.

(SMO)

SEMINÁRIO BRASILEIRO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, 16. **Área de estudo:** *formação profissional — Recomendações. Rio de Janeiro ABT, FUNTEVÊ, SEPS, SMO, DNES, PUC, FERLAN, FKA, 1984.*



Recomendações do Seminário Brasileiro de Tecnologia Educacional, 16 – área de estudo: formação profissional, realizado em Porto Alegre de 4 a 9 de novembro de 1984.

(SMO)

SENA. **La formacion profesional del futuro,** *por Alberto Galeano Ramirez. São Paulo, CENAFOR, 1984. Documento apresentado no Seminário de Formação Profissional na América Latina – CENAFOR – outubro de 1984.*

SENAC. Departamento Nacional. **Estudos ocupacionais;** *área de informática. Rio de Janeiro, 1984. 26p.*

Documento que procede o estudo de levantamento de informações relativas às famílias de ocupações de informática, apresentando seus conteúdos de trabalho, extraídos da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, e analisando dados sobre emprego, faixa etária e sexo, contidos na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, além de dados sobre a produção do próprio SENAC nesta área.

(SMO)

SENAI/DN. **Respostas da formação profissional às demandas tecnológicas do sistema produtivo.** *Rio de Janeiro, SENAI/DN, 1984. 27p. Trabalho apresentado no Seminário sobre Formação Profissional Comparada na América Latina, São Paulo, 8 a 11 de outubro de 1984.*

1. A tecnologia e suas implicações; 2. A necessidade de uma nova concepção de formação profissional mais abrangente e de nova postura institucional; 3. Estratégias e políticas adotadas; 4. O papel da cooperação técnica internacional; 5. A importância da articulação do SENAI com organismos e entidades nacionais de ciência e tecnologia; 6. Ações do SENAI relacionadas com o desenvolvimento tecnológico para os próximos anos.

(SENAI/DN)

SENAI/SP. **Estudos com ex-alunos do curso de aprendizagem industrial do CFP 5.01:** *Campinas, por Marcia Helena de Lima. São Paulo, 1983. 29p.*

O estudo teve como objetivo caracterizar a situação do ex-aluno do SENAI no mercado de trabalho em um período variável entre 1 e 3 anos de conclusão do curso, focalizando, suas eventuais dificuldades em exercer a ocupação aprendida e os possíveis descompassos entre a formação profissional recebida e as necessidades da indústria.

(SENAI/SP)

SENAI/SP. **Mão-de-Obra de nível médio:** *tendência de conceituação do técnico de nível médio, por Maria Luiza Faraone Silveira. São Paulo, 1984. 34p.*

O documento propõe uma revisão das conceituações usuais do técnico ou profissional de nível médio, no Brasil, destacando e comentando as variáveis privilegiadas, bem como um exame da abordagem dada à categoria em alguns estudos realizados com base empírica.

(SENAI/SP)

SENAI/SP. **Os técnicos formados pelo SENAI:** *análise das variações de salário, por Elenice Monteiro Leite. São Paulo, 1983. 62p.*

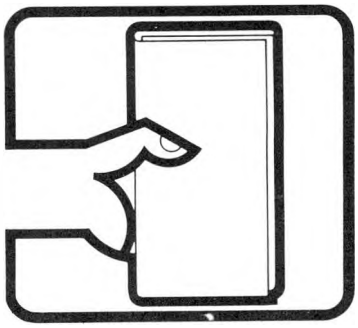
Pesquisa para avaliação do desempenho profissional dos egressos de suas escolas técnicas, com o objetivo de subsidiar a definição da estratégia institucional nessa área.

(SENAI/SP)

SENAI/SP. **Zona centro da capital:** *características do mercado de trabalho industrial. Por Marcelo Terrazas. São Paulo, 1983. 81p.*

O documento refere-se à zona centro do município de São Paulo, os dados que servem de suporte à análise são oriundos de pesquisa direta, realizada junto aos estabelecimentos industriais e de outras atividades econômicas que compõe a área de atuação do SENAI.

(SENAI/SP)



Caminhos para Formação Profissional

Em maio último aconteceu, em Belo Horizonte, a XXVIII Reunião de Diretores Gerais do Senai, a qual visou redirecionar caminhos para a Formação Profissional. Nesse prisma, um dos mais significativos painéis desenvolvidos durante o evento foi o que discutiu "A Formação Profissional no contexto da Nova República".

Representando o Ministério do Trabalho compareceu o Secretário de Mão-de-Obra, B. Amin Aur, que, na ocasião, divulgou a linha de trabalho da Secretaria (ver matéria na página 8). Presentes, ainda, representantes do Ministério da Educação, o Subsecretário de Ensino Supletivo, Sérgio Almeida Bruni; do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Subsecretário de Serviço da Secretaria Especial de Informática, Arthur Pereira Nunes, e o Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, Roberto Figueira Nunes.

O diretor-geral do Senai, Arivaldo Fontes, em seu discurso de abertura destacou que ". . . o Senai quer ouvir e debater com representantes do Ministério do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia suas propostas para que possamos, na medida do desejável e possível, aproximarnor desses órgãos num intercâmbio profícuo para a Formação Profissional e para as políticas que os mencionados Ministérios intentam imprimir".

SENAC

O Departamento Nacional do Senac realizou, em Brasília, também no mês de maio, a XXIV Reunião de Diretores Regionais da entidade, visando a avaliação do trabalho institucional, a reflexão conjunta da realidade e, também, traçar diretrizes de ação tendo em vista a política da Nova República para os organismos de Formação Profissional.

O evento, presidido pelo diretor-geral, Roberto C. Regnièr, contou, além de diretores regionais, delegados executivos, assessores e técnicos da Entidade, com a presença do Secretário de Mão-de-Obra, B. Amin Aur, e da Secretária de Emprego e Salário, Dorothéa Werneck, representando o Ministério do Trabalho.

Da programação constou a realização de palestras, painéis e discussão de temas que serviram de subsídios para uma ação mais ampla do Senac no que se refere à Formação Profissional.

COMISSÃO NACIONAL DO ANO INTERNACIONAL DA JUVENTUDE

Simpósio Nacional sobre Educação e Trabalho do Jovem Brasileiro

